

## OS SIG NOS PROCESSOS DE GESTÃO DE TURISMO DE NATUREZA EM ÁREAS PROTEGIDAS – EXEMPLO DE ÁREAS ESTUARINAS

GIS IN THE NATURE TOURISM IN PROTECTED AREAS MANAGEMENT PROCESSES SUCH AS  
ESTUARIES

**Ana Anacleto**

*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Portugal;  
ana.anacleto@gmail.com*

**Rui Pedro Julião**

*CICS.NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Portugal;  
rpj@fcsh.unl.pt*

### RESUMO

A Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET), uma zona húmida com elevadas potencialidades biológicas, paisagísticas e económicas, com uma proximidade geográfica e estratégica à capital, só poderia ser considerada como um local de elevado valor e, assim, classificado com diversos níveis de proteção. Esses níveis de proteção são especialmente justificáveis pelas características que ali se podem encontrar em termos de biodiversidade, de paisagem e de valores socioculturais relacionados com atividades tradicionais especialmente ligadas à agricultura e rapação de sal.

O Turismo de Natureza é um produto oferecido em espaços privilegiados como este, sendo necessário criar instrumentos para regulamentar e compatibilizar as atividades de animação ambiental e de desporto de natureza com o objetivo de minimizar os seus impactes negativos. Como previsto nos artigos n.º77 e 78 da Lei n.º 30/2004, de 21 de julho, deve-se fomentar a prática desportiva ao ar livre, assim como a criação de Instrumentos de Gestão Territorial que prevejam a existência de locais apropriados para a sua prática. É, contudo, necessário ter em consideração os valores naturais, garantindo a sua conservação e a proteção da diversidade biológica, o que deve ser assegurado de forma descentralizada, equitativa e proporcional, pelos decisores políticos, assim como outros intervenientes, envolvidos no planeamento e ordenamento territorial.

No âmbito deste projeto, para além de se pretender cumprir as disposições mencionadas, procurou-se construir normas para uma maior uniformização ao nível da representação cartográfica deste tipo de espaços. Como proposta, ou exemplo, de instrumento que aplicasse estas mesmas normas, foi concebida uma Carta de Desporto de Natureza, mas disponibilizada para que também tornasse a informação sobre a área protegida mais acessível junto dos interessados.

Para além da intenção de promover junto da população a prática de um desporto natureza saudável em equilíbrio com o ambiente, houve também a preocupação em recorrer a soluções de *Free Open Source Software (FOSS)*, para que o processo de utilização e disponibilização de

informação SIG fosse mais simples e direto, tanto para as entidades envolvidas e interessadas em operar na área, como para o utilizador comum.

**Palavras-Chave:** Turismo de Natureza, Reserva Natural do Estuário do Tejo, SIG, *Free Open Source Software*

## ABSTRACT

The Tagus Estuary Natural Reserve (RNET), a wetland with high biological and economic potential, with a geographical and strategic proximity to the capital (Lisbon), could only be considered as a high value location with several protection levels. These levels are especially justified by the features that can be found there, like the landscape and socio-cultural values related to traditional activities especially related to agriculture and salt extraction.

The Nature Tourism is a product offered in privileged spaces like this, it is necessary to create instruments to regulate and harmonize the environmental animation and sportive activities in order to minimize their negative impacts.

Articles n.º77 and 78 of Law No. 30/2004, of July 21, say that promoting outdoors sports, as well as the creation of Territorial Management Instruments to support them, should be the rule. These processes must be ensured in a decentralized, equitable and proportional manner, by policy makers and other stakeholders involved in planning and territorial management.

In this project we tried to build standards for stronger cartographic representation uniformity of such spaces, we proposed an instrument to apply these same standards (a Nature Sport Map), but we also made it available on-line, in order to turn the information about the protected area more accessible to the interested parts.

Our main goal was promoting, among the population, a healthy practice in balance with the environment and also a demand for the use of Free Open Source Software, so GIS information access becomes a simpler process.

**Keywords:** Nature Tourism, Tagus Estuary Natural Reserve, GIS, Free Open Source Software

## 1. INTRODUÇÃO

A publicação e partilha da informação geográfica encontra-se regulamentada e implícita no espírito de diversos diplomas legislativos que emolduram, desde logo, a produção cartográfica mas, também, a utilização de normas e especificações, dados e formatos abertos.

Assente na consciência de que existe atualmente uma Sociedade de Informação em que a Geografia assume um papel significativo, especialmente no apoio à decisão política, foi dado início a um processo de criação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (através da publicitação do Decreto-Lei n.º 53/90, de 13 de fevereiro).

Para que possa ser partilhada ou publicada é importante que a informação siga normas que confirmam às suas referências um suporte comum, compreensível e expetável para todos os

utilizadores. Esta preocupação prende-se com o fato de existir um processo de globalização social, económica e tecnológica, no qual a sociedade procura ter um conhecimento cada vez mais aprofundado sobre o espaço geográfico e as diferenças ou semelhanças (culturais, paisagísticas, entre outras) dos seus componentes, para melhor se adaptar ao mesmo e tirar um maior proveito do que o território pode oferecer.

A legislação sobre os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) procura colocar em evidência a necessidade de se uniformizar a informação útil às várias escalas, e nos vários setores, para que exista um acesso facilitado, partilha e cruzamento, cuja integração e cooperação permitam que se siga também critérios cada vez mais objetivos: a compatibilização da hierarquia funcional, da coerência global e do princípio da “melhor solução” (Anacleto, 2014).

A governança, como é atualmente entendida em termos de organização territorial, decorre da multiplicidade de relações que caracteriza a interação entre atores (*stakeholders*), pressupondo uma gestão territorial participada (que envolva a Administração pública, atores económicos e socioculturais, cidadãos) para responder às necessidades de um qualquer território, através de uma cooperação estruturada e voluntária, e um princípio de hierarquização (Pereira, 2009).

Para que a integração entre IGT seja bem-sucedida é necessário recorrer a metodologias e tecnologias que permitam o estudo e análise territorial, a modelação, simulação, assim como o planeamento, entre outros processos que permitam a sua elaboração e desenvolvimento, ou a sua reformulação, nos casos em que se justifique. Surgem desta forma, como suporte ao referido desiderato, o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, que apresenta algumas alterações ao anterior Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, incluindo a avaliação ambiental dos IGT, assim como o Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio que institui a cartografia a utilizar.

O conceito definido pela Resolução do Conselho de Ministros nº112/98, de 25 de agosto, exclusivamente aplicado ao território integrado na Rede Nacional das Áreas Protegidas, encontra-se formalmente revisto na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho](#), que aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN). O Turismo de Natureza “*abrange o exercício de atividades de animação turística e modalidades de alojamento que permitam contemplar e desfrutar o património natural, paisagístico e cultural, em áreas integradas no sistema nacional de áreas classificadas (SNAC) ou em outras áreas com valores naturais do território nacional*”, devendo:

- *Compatibilizar-se com as características ecológicas e culturais de cada área, respeitando as respetivas capacidades de carga;*
- *Incentivar práticas turísticas, de recreio e lazer não nocivas para as áreas classificadas e compatíveis com a sua conservação;*
- *Fomentar atividades que contribuam para a sensibilização e educação ambiental e cultural dos visitantes e da população em geral;*
- *Promover as atividades que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural, paisagístico e cultural das áreas classificadas;*

- *Promover a comercialização dos produtos identitários de base local, nomeadamente através da gastronomia;*
- *Divulgar o património cultural imaterial, como as manifestações tradicionais e etnográficas locais, contribuindo para a afirmação da identidade cultural das populações.*

Neste trabalho procurou-se cumprir todas estas disposições, sempre com o objetivo de tornar acessível a informação sobre área protegida escolhida, assentes num processo de construção de normas de uniformização, bem como na elaboração de um exemplo de Carta de Desporto de Natureza (CDN) para a Reserva Natural do Estuário do Tejo (Figura 1). A promoção, junto de toda a população, da motivação para a prática de um desporto de natureza, saudável e em equilíbrio com o ambiente, encontra-se também incluída na alavanca motivacional para a prossecução das metas inicialmente definidas.

Outro desafio, colocado pela própria Administração pública, consistiu na procura de utilização de *Free Open Source Software (FOSS)*, para que o processo de utilização e disponibilização de informação geográfica se tornasse mais acessível e compaginável com os diplomas relativos às normas e especificações abertas. Foi necessário ainda refletir sobre como dar resposta a uma questão, cada vez mais premente, sobre que tipo de regulamentação e cartografia, implicadas e aplicadas aos IGT, que suportam o Turismo Natureza: se estes se adequam às necessidades dos diferentes utilizadores (entidades reguladoras, operadores turísticos, prestadores de serviços complementares, turistas), por forma a torná-lo sustentável como um recurso promotor de desenvolvimento local e regional.

Uma reflexão crítica sobre o assunto permite destacar alguns objetivos matriciais:

- Compreender o que é necessário para que a integração entre IGT (quer de carácter especial quer de planeamento) possa ser bem-sucedida;
- Estabelecer metodologias e tecnologias que permitam o estudo e a análise territorial, com vista ao desenvolvimento;
- Propor soluções práticas para consulta de regulamentação e cartografia aplicadas ao Turismo de Natureza (TN), não apenas como motor de desenvolvimento local mas também como promotor de princípios de preservação ambiental;
- Procurar novas plataformas de disponibilização (gratuita e acessível) de informação, de carácter multidisciplinar, para serem utilizadas pelas várias entidades e pela população, em geral, cujo acesso possa ser efetuado com recurso às novas tecnologias de informação geográfica.

O Estuário do Tejo constitui a zona húmida mais extensa do território português, uma das mais importantes da Europa, e localiza-se na bacia hidrográfica do rio Tejo, ocupando parte dos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém. Inclui também uma extensa superfície de sapal, pelo que as margens, pastagens e prados da lezíria são periodicamente alagados, conferindo-lhe importância internacional, em especial devido às aves que ali se estabelecem durante as épocas de reprodução, invernada e de passagem.



## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Após alguma reflexão e pesquisa foi possível prognosticar os passos necessários para que os objetivos deste estudo fossem alcançados. Assim, considerou-se a publicação *on-line* como a última etapa dos objetivos inicialmente definidos, ou seja, a elaboração das normas cartográficas, a construção da CDN e do seu regulamento foram passos que a sustentaram. O ponto de partida exigiu um levantamento do que já existia, das tarefas necessárias para concretizar a obtenção dos resultados pretendidos e do *software* e/ou ferramentas necessários para a sua execução. Estes passos encontram-se patentes no esquema apresentado na Figura 2.

Seguindo os preceitos regulamentares previstos no ponto 3 do artigo n.º 6 do Decreto Regulamentar 18/99, de 27 de agosto, procurou-se definir, como primeiro passo deste trabalho, a formulação de pedidos, junto das federações e associações desportivas, entre outros intervenientes relevantes, que procuraram esclarecimentos e sugestões sobre a sua sensibilidade nas seguintes temáticas:

Informação de base (Temas, Sistema de Referência de Coordenadas, Informação Cartográfica em formato Digital, etc.);

Estrutura da informação (Geometria, Atributos, Cores, etc.);

Informação complementar (Procedimentos necessários, assim como toda a informação necessária sobre os métodos, especialmente em situações extraordinárias como sobreposição de temas, entre outras).

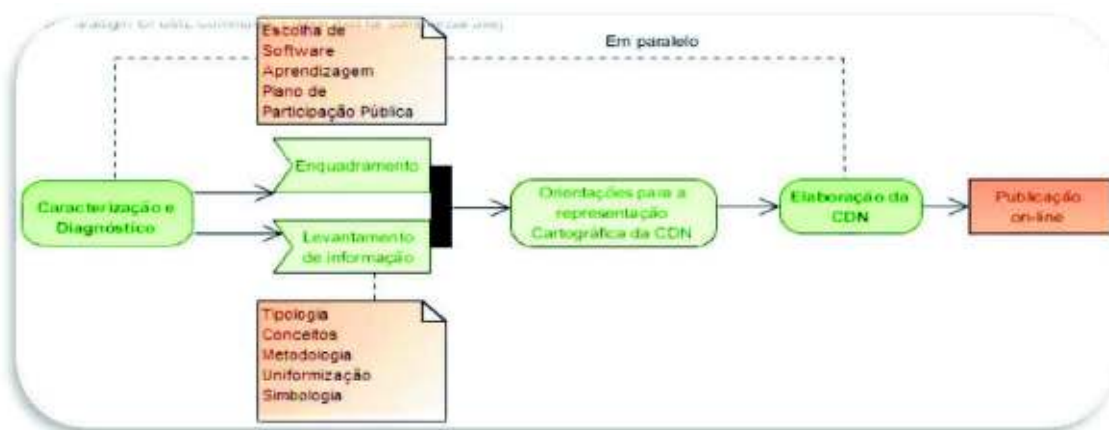


Figura 2 - Planificação do trabalho / fluxo de trabalho (Anacleto, 2014)

Apurar algumas definições, assim como regras de boas práticas e de segurança, que se encontravam desatualizadas nos Termos de Referência da Carta de Desporto da Natureza datados de 2003, cuja minuta serviu de base para a elaboração da proposta de Regulamento da Carta de Desporto de Natureza (que justifica o fato de os regulamentos até então criados apresentarem alguma uniformização), permitiu que se desse o passo para a elaboração do documento com uma

Proposta de Normas Cartográficas para elaboração das Cartas de Desporto de natureza e mesmo para a Proposta de Regulamento da CDN da RNET.

Para além da realização de reuniões, foram consultadas outras entidades, entre elas a Capitania do Porto de Lisboa, por forma a obter informações cruciais para a definição dos espaços adequados à prática desportiva das atividades permitidas por Lei e pelo próprio Plano de Ordenamento da Área Protegida (POAP). Todavia faltavam elementos importantes, como o ponto de vista dos proprietários e a sua abertura para que os espaços se interliguem ainda que passando pelas suas propriedades, e a avaliação do interesse em usufruir desta Área Protegida por parte dos utilizadores e praticantes. Surgiu assim a necessidade de efetuar um pequeno planeamento de atividades de participação pública com vários métodos como Entrevistas Semiestruturadas, *Briefings/workshops*, *Submissions*, *Field trips* e Mesas Redondas, ao longo de cinco meses, com o intuito de colocar em prática a:

- Admissão de diferentes objetivos, compromissos e visões de acordo com regras e princípios de transparência;
- Promoção de uma dinâmica de métodos que permitam a elaboração de uma CDN mais completa (cumprindo as disposições deste tipo de instrumentos de gestão territorial), e adequada às necessidades da população e ao contexto local;
- Preparação correta do processo e de uma proposta de CDN, que sejam reflexo de eficácia e qualidade, focando os interesses da comunidade.

Este plano não obteve aprovação superior por dificuldades na obtenção de meios e pelo período, possível para o colocar em prática, ser relativamente curto. A estratégia de envolvimento dos “*Stakeholders*” teve de ser adaptada, pelo que se efetuou o envolvimento dos mesmos através de reuniões e entrevistas informais, concretizando-se depois um seminário que abarcou representantes que tornassem este processo o mais abrangente possível. Este seminário foi designado por “Reserva Natural do Estuário do Tejo e região envolvente - potencialidades para um desenvolvimento local sustentável”, efetuando-se no final uma Análise *SWOT*. Para além das fichas de registo da análise que foram distribuídas, o verso da folha foi preenchido com um questionário de avaliação da atividade.

O seminário como atividade de participação pública, procurou abordar temáticas relacionadas com:

1. A relevância da conservação dos valores naturais e da biodiversidade;
2. A relevância de um uso ordenado das áreas protegidas;
3. O papel da CDN, como instrumento de gestão territorial, na manutenção dos objetivos da conservação ambiental;
4. O desporto de natureza como peça importante no motor de desenvolvimento local;
5. A descoberta dos interesses e necessidades dos *stakeholders* (com vista ao melhor entrosamento entre os mesmos), entre eles os responsáveis pela conservação e monitorização da Área Protegida (AP), Proprietários, Federações Desportivas, Agentes e Operadores Turísticos, bem como, utilizadores em geral.



Teve como objetivos:

1. Sensibilizar os *stakeholders* para a importância da conservação da natureza;
2. Demonstrar que uma Carta de Desporto de Natureza, construída com o contributo e permissões dos particulares (Proprietários) envolvidos (por forma a permitir a prática de um maior número de atividades, de forma ordenada em termos territoriais e temporais), pode ser promotora de desenvolvimento local com benefícios para os mesmos;
3. Demonstrar aos Operadores que usufruindo das AP com recurso à CDN e seu regulamento lhes permite acesso a um maior número de modalidades e manter o nível de qualidade das mesmas e o próprio espaço ao longo do tempo;
4. Promover o Desporto de Natureza na AP como recurso que, mantendo a conservação da natureza, permite e promove o desenvolvimento local;
5. Apresentar a Carta de Desporto de Natureza como instrumento indispensável para representar os locais de interesse para as várias atividades de ar livre, e que permite ao mesmo tempo manter os valores naturais e a ecologia da paisagem.

Depois de efetuada alguma reflexão sobre a estratégia mais adequada para se alcançar os objetivos propostos e quais as melhores ferramentas para a sua concretização, chegou-se à conclusão que, em termos de *FOSS*, estas seriam as principais alternativas (Figura 3):

Tarefa	Software/Ferramentas	
Construção cartográfica	QGIS Desktop	
Conversão SRC	Transformação Datum Para Portugal ( <i>Plugin</i> )	
Preenchimento Metadados	QSphere	
Disponibilização on-line	QGIS Server ou QGIS Cloud Hosting ( <i>plugin</i> )	
BD Geográfica	PostgreSQL/Postgis	

Figura 3 - *Software* e ferramentas *FOSS* utilizadas nas tarefas relacionadas com a elaboração cartográfica e disponibilização da CDN na *WEB* (Anacleto, 2014)



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que seja perceptível a validade da informação recolhida no seminário sobre a “Reserva Natural do Estuário do Tejo e região envolvente - potencialidades para um desenvolvimento local sustentável” e a respetiva análise SWOT é importante ter em conta os seguintes dados:

- Número total de participantes - 65
- Número de participantes não inscritos - 7
- Número de respostas ao inquérito de satisfação - 29
- Número de participantes na análise SWOT – 19

No conjunto de respostas obtidas através dos inquéritos de satisfação é visível o interesse que a população em geral tem, assim como de representantes de diversas entidades públicas e privadas, em participar neste tipo de eventos. Importa também verificar que, a maioria dos participantes responde que o tempo estipulado para discussão, apesar de ser suficiente, deveria ter sido maior. Resumo e agrupamento das principais sugestões numa única matriz (Figura 4).

Os resultados da análise SWOT realizada ajudaram à confirmação da importância da CDN e de como esta se poderia configurar, assim como as atividades de valor que nela se poderiam fazer representar e desenvolver na área da RNET. Permitiram depois, juntamente com o trabalho realizado até essa etapa, a concretização de documentos como “Normas Cartográficas para Elaboração da Carta de Desporto de Natureza” e o “Regulamento da Carta de Desporto de Natureza”, o suporte a uma proposta de peça gráfica da CDN e a preparação para a sua disponibilização na *WEB*.

As intervenções e registos efetuados nas matrizes, assim como as respostas ao questionário de satisfação, revelam que existe cada vez mais interesse por parte das várias entidades, assim como da população em geral, em participar na elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial. Crê-se que a participação destes intervenientes e respetivo conhecimento a montante facultará informação de valor que vai enriquecer o processo de elaboração dos IGT, facilitando ainda a sua aprovação.

Os níveis de participação foram elevados e, por vezes, polémicos, originando alguma discussão. Em todo o caso, as questões levantadas no seminário servem para lembrar que os métodos de participação pública devem ser adaptados ao contexto e à população em questão, para que os seus resultados sejam os mais proveitosos.

Sem um documento de Termos de Referência recente, tendo por base legislação, desportiva e não só, geralmente desatualizada e referências ao turismo de natureza que com as atualizações jurídicas e republicações que acabaram por revogar conceitos sem os repor ou atualizar devidamente, o processo (de elaboração dos documentos mencionados) foi relativamente desarticulado e difícil de colocar em prática. Será importante referir que entrega do mesmo terminou antes da nova atualização da legislação sobre Turismo de Natureza.

Pode-se, ainda assim, considerar que o processo teve um desfecho positivo e que facilitará outros processos de elaboração deste tipo de documentos para outras Áreas Protegidas que ainda se

encontrem em fases primordiais da elaboração das suas CDN. No entanto, presentemente deixou de ter caráter obrigatório.

S	W
Riqueza do ecossistema e biodiversidade Paisagem e seus elementos Empresas de Animação Turística Passeios de BTT Atividades de orientação Localização (proximidade a Lisboa e ao rio Tejo) Existência da RNET e ZPE e de legislação que protege os valores existentes Estruturas e equipamentos existentes (EVOA, p.e.) Fracos declives Interesse ecológico (zona húmida única) Diversidade de oferta de atividades em contato com a natureza	Inexistência de CDN Rede de transportes insuficiente Fraca articulação entre entidades Fraca divulgação Muitas áreas sensíveis Condicionantes como propriedades privadas com cercas e gado bravo Falta de infraestruturas de apoio Fracos meios de monitorização
Aumento da procura do turismo rural, turismo de natureza e Ecoturismo Novos meios de transporte “low-cost” Sinergias entre municípios Programas especiais (tiragem de cortiça, p.e) Novos usos (Salinas, p.e.) Criação de novas empresas de animação turística (CM de Idanha-a-Nova, p.e.) Fundos Comunitários Aeroporto NAL Projetos municipais de requalificação / reabilitação Atração de investimento Aprofundamento de parcerias entre agentes económicos estratégicos na região Nichos de oferta turística (para pessoas com deficiência, p.e) Divulgação da área e incentivos	Concorrência de outras ofertas turísticas Acessibilidades Crise económica Conflitos de usos do solo Pressão urbanística Condições ambientais e climáticas adversas Massificação da ação antrópica e/ou ultrapassagem da capacidade de carga Conservação de espécies protegidas Falta de visão e articulação entre os <i>stakeholders</i>
O	T

Figura 4 - Matriz SWOT (resumo) com todas as ideias recolhidas para aos Pontos fortes, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças (Anacleto, 2014)

O documento obtido como proposta de Normas Cartográficas, relevante para a uniformização cartográfica das CDN a nível institucional é um “*work in progress*”, pois nem todas as simbologias ou atributos puderam ser testados com a concretização da Proposta de Carta de Desporto de Natureza da Reserva Natural do Estuário do Tejo. As sugestões necessitam de ser testadas em

termos de aspeto, funcionalidade e leitura quando sobrepostas, em novas áreas, que tenham outras atividades para oferecer.

A disponibilização das cartas após a sua aprovação quer a nível interno quer para o público em geral, numa outra fase, deverá sempre ser efetuada a partir de um servidor da instituição. Foi considerada a hipótese da utilização do QGIS Server para esta tarefa, no entanto, pela sua simplicidade revelou-se mais prática a utilização do *Plugin QGIS Cloud* (Figura 5).



Figura 5 - Utilização do *Plugin QGIS Cloud* (Anacleto, 2014)

O *QgisCloud* exige apenas que, depois de se adicionarem as várias camadas (com particular atenção ao SRC), se faça o seu *upload*. Lamenta-se, porém, a possibilidade de disponibilização de um reduzido volume de dados na opção *Free*, embora se trate de uma ferramenta interessante, especialmente porque também disponibiliza a visualização para plataformas *Mobile*.

Este passo foi importante para verificar como pode ser feita uma disponibilização simples (e sem custos) de alguma informação útil para os utilizadores das áreas protegidas. Serve também para perceber um pouco como funciona o processo de disponibilização *on-line* e poderá servir para testar a aceitação e verificar se a sua leitura é acessível para os leitores/recetores.

## CONCLUSÃO

A publicação e partilha da informação geográfica encontra-se regulamentada e implícita no espírito da lei, contudo, para que a mesma possa ser efectuada é importante seguir normas que

permitam que as suas referências tenham um suporte comum e acessível para todos os utilizadores.

Atualmente, existem novas plataformas de disponibilização de informação, de forma multidisciplinar, para várias entidades e à população em geral, cujo acesso pode ser efetuado com recursos a novas tecnologias, o que revela que este processo começa a tornar-se cada vez mais eficaz, tendo ainda em linha de conta, a gestão dos usos do solo com vista à sustentabilidade.

A realização deste projeto vem cumprir um dos principais objetivos, que qualquer IGT deve ter, ao tornar a CDN acessível à população e às entidades que dela podem usufruir. No entanto, é necessário que o que é apresentado seja devidamente referenciado e acompanhado da informação indispensável, não só para apoio ao leitor, mas também para que seja possível o cruzamento de informação entre entidades, por vezes a uma escala internacional.

Crê-se que o resultado obtido foi ao encontro das expectativas iniciais, apresentando-se como ponto de partida para outros desenvolvimentos, ou para aprofundamento de determinadas temáticas que venham a revelar-se mais urgentes e importantes tratar. Os fatores que contribuíram para que ficassem alguns aspetos por concluir, ou rever, prenderam-se essencialmente com o curto espaço de tempo para desempenhar as tarefas, com o fato de os objetivos serem ambiciosos e, também, com a relativa complexidade e morosidade destes processos de elaboração de IGT (dependentes de várias consultas e de diversos intervenientes, por vezes difíceis de mobilizar).

Ficou patente a importância do envolvimento das diferentes entidades, públicas e privadas, diretamente relacionadas com o ordenamento destas áreas especiais, assim como a população em geral (potenciais utilizadores), ficando o registo do sucesso da participação pública que foi possível promover, essencialmente no seminário e na análise SWOT. É expectável que em casos futuros se mantenha e aprofunde o recurso a metodologias participativas, devendo ser ajustadas às necessidades dos cidadãos e às suas características. Esta é uma estratégia que se revela promissora, podendo vir a contribuir e a facilitar os processos de consulta pública a jusante.

## REFERÊNCIAS

- Anacleto, Ana (2014) - *Produção e Facilitação da Visualização On-line de uma Carta de Desporto de Natureza*, Relatório de Mestrado em Ordenamento do território e sistema de Informação Geográfica, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- Carvalhinho, Luís e Rosa, Paulo (2012) - *Planeamento ambiental no desporto de natureza: proposta teórica de uma Matriz de Planeamento Ambiental em Atividades de Desporto de Natureza (MPA\_ADN)* – Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Instituto Politécnico de Santarém, artigo publicado na revista EFDeportes, Revista Digital, Nº175 Buenos Aires, 2012
- Laranjo, José (2011) - *A Gestão do Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas: a Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2011

Pereira, Margarida (2009) - *Cultura de Planeamento e Governação: Contributos para a coesão territorial*<sup>1</sup> – e-Geo, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2º congresso lusófono de ciência regional, 1º congresso de desenvolvimento regional de Cabo Verde

Ano	Legislação	Assunto
1998	Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de agosto	Cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza
1999	Decreto Regulamentar nº 18/99, 27 de agosto	Regulamenta a animação ambiental nas suas várias modalidades
1999	Decreto-Lei n.º 47/1999	Regulamenta o Turismo de Natureza
2002	Decreto-Lei nº 140/2002, de 20 de maio	Salvaguarda do património avifaunístico e da biodiversidade
2002	Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro (altera Lei n.º 11/87, de 7 de abril)	Lei de Bases do Ambiente
2004	Lei n.º 30/2004, de 21 de julho	Lei de Bases do Desporto
2005	Decreto-Lei nº 49, 24 de Fevereiro de 2005	Transposição da diretiva europeia nº 79/409/CEE (Para assegurar a Biodiversidade)
2007	Resolução do Conselho de Ministros 53/07, de 04 de abril	Aprova o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)
2009	Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de Maio	Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes
2009	Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio	Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística
2012	Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho	Missão do ICNF I.P.
2013	Decreto-Lei nº 95, 19 de julho de 2013	Alteração do Decreto-Lei nº 108/2009, relativamente às atividades de animação turística
2015	Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 7 de julho	Determina novas estratégias para o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)
2015	Decreto-lei n.º 186/2015, de 3 de setembro	Altera diplomas de empreendimento turísticos e empresas de animação turística considerando critérios e conceitos da RCM 51/2015